

# GÊNESE E DEMARCAÇÕES HISTÓRICAS SOBRE A ESCOLA/ PATRIMÔNIO DA EDUCAÇÃO INFANTIL EM RIO BRANCO

## GENESIS AND HISTORICAL DEMARCATIONS ABOUT CHILDREN EDUCATION SCHOOL/PATRIMONY IN RIO BRANCO

Giane Lucélia Grotti 1  
Mark Clark Assen de Carvalho 2

**Resumo:** Este artigo é parte de uma pesquisa de natureza historiográfica que tem como objeto de estudo o processo de institucionalização da educação pré-escolar no Acre, com destaque para a implantação do primeiro Jardim da Infância em Rio Branco, a Escola Menino Jesus. A escrita do texto toma por base periódicos que circularam entre os anos de 1936-1953 na capital acreana e em outros estados nacionais, dos quais foram extraídas informações e registros que demarcaram parte da história da educação e das instituições escolares no Acre. O estudo retrata dois momentos: o primeiro traça um breve panorama educacional, político e econômico do período entre 1930-1940 no Brasil e, especialmente, no Acre; o segundo momento destaca a constituição histórica da primeira instituição educacional para as crianças pequenas, entre os 4 a 6 anos de idade, na capital acreana. A pesquisa revela que, no Acre, assim como em outras capitais do país, a pré-escola surgiu com o objetivo de atender a um público específico. Contudo, diante do processo de redemocratização pelo qual o Brasil passou, ela ampliou seu atendimento abrangendo a população em geral. Por fim, o estudo realizado concorre para afirmar e situar a existência do Jardim de Infância Menino Jesus como símbolo e patrimônio da educação de crianças pequenas no Acre.

**Palavras-chave:** Educação Pré-Escolar no Acre. História das Instituições Escolares. Educação e Patrimônio Escolar.

**Abstract:** This article is part of a research of a historiographical nature that has as its object of study the institutionalization process of pre-school education in Acre, with emphasis on the implantation of the first Kindergarten in Rio Branco, Escola Menino Jesus. The writing of the text is based on journals that circulated between the years 1936-1953 in the Acre capital and in other national states, from which information and records were extracted that demarcated part of the history of education and school institutions in Acre. The study portrays two moments: the first traces a brief educational, political and economic panorama of the period between 1930-1940 in Brazil and, especially, in Acre; the second moment highlights the historical constitution of the first educational institution for small children, between 4 and 6 years old, in the capital of Acre. The research reveals that, in Acre, as well as in other capitals of the country, the pre-school emerged with the objective of serving a specific audience. However, given the process of redemocratization that Brazil has gone through, it has expanded its service to include the general population. Finally, the study contributes to affirm and situate the existence of the Kindergarten Menino Jesus as a symbol and patrimony of the education of young children in Acre.

**Keywords:** Pre-School Education in Acre. History of School Institutions. Education and School Heritage.

Professora Adjunta do Centro de Educação, Letras e Artes da UFAC. Doutora em Educação pela UFPR, Docente Permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFAC. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7304681363616095>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1743-5276>. E-mail: [gigrotti@gmail.com](mailto:gigrotti@gmail.com)

Doutor em Educação (PUC-SP). Professor Titular do Centro de Educação, Letras e Artes da Universidade Federal do Acre/UFAC e Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFAC e do Doutorado em Rede/EDUCANORTE. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0736995836464424>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3638-9719>. E-mail: [markassen@yahoo.com.br](mailto:markassen@yahoo.com.br)

## Introdução

A origem da educação pré-escolar remonta ao século XIX e é atribuída a alguns pedagogos como: Johann Heinrich Pestalozzi, Friedrich Froebel, Maria Montessori e Celestin Freinet, os quais iniciaram trabalhos na direção de buscar educar crianças abaixo de 7 anos de idade. No geral, todos contribuíram com o que passamos a reconhecer como educação pré-escolar, com destaque para o desenvolvimento de práticas de assistência social, médica, alimentar, dentária, as quais visavam a oportunizar melhores condições de vida, considerando que os assistidos, à época, eram crianças miseráveis, pobres, negligenciadas pela sociedade em geral e, em particular, pelas famílias.

Nesse percurso, é possível reconhecer que, somente após a Grande Depressão de 1929, o objetivo da educação pré-escolar foi melhor definido, aspecto que nos permite ressaltar que, a partir da década de 1930, passou-se a trabalhar com a ideia de que seu objetivo era “[...] garantir emprego aos professores, enfermeiros e outros profissionais e, simultaneamente, fornecer nutrição, proteção e um ambiente saudável e emocionalmente estável para as crianças” (KRAMER, 1992, p. 26).

No Brasil, as primeiras iniciativas de atendimento às crianças partiram de higienistas, visando a combater o alto índice de mortalidade infantil atribuído ao nascimento de ilegítimos e a falta de educação de seus progenitores em relação aos cuidados higiênicos e alimentares para com as crianças (CF. KRAMER, 1992). No decorrer das primeiras décadas do século XX, à medida que ocorreram as mudanças no cenário social e econômico, as justificativas para intervenção na educação das crianças pobres foram tomando outras proporções.

As décadas de 1930 e 1940 caracterizaram a criança, em especial, a criança pobre, como portadora de um problema, melhor dizendo, era constante, nos discursos oficiais, o termo: “problema da infância”, como foi possível constatar em um artigo veiculado pelo jornal O Acre, no qual o então Diretor do Departamento Nacional da Criança, o médico Olinto de Oliveira, externou sua preocupação em sanar os “**problemas** de assistência à maternidade e à **infância no Acre**” (O ACRE, 01/12/1940, ano XII, nº 565, p.1, grifos nossos). Mas o que viria a ser esse problema da infância?

Cumprir registrar que o chamado problema da infância nada mais foi do que um conjunto de concepções construídas a partir dos fatos históricos e sociais em relação à modernidade e ao atraso em que o Brasil se encontrava em relação a outros países. Esse atraso revelava-se, dentre outros aspectos, pela falta de escolarização, pela pobreza, e pela continuidade da alta taxa de mortalidade infantil, aspectos símbolos de maus hábitos, vícios e doenças. Assim, nosso país, espelhando-se em experiências de países considerados prósperos, modernos, higiênicos, passou a adotar os preceitos daqueles que acreditavam serem a modernidade e a civilidade o melhor caminho para a nação, sinônimo de progresso e desenvolvimento. Desse contexto, veio a existência do termo problema da infância.

A criança socialmente desfavorecida, foi sujeita a determinados preceitos, sendo vista como o futuro da nação, o homem do amanhã (CF. RIZINNI, 2011). As análises de Perrot (1991) referendam essa posição, ao destacarem que a criança seria

[...] o futuro da nação e da raça, produtor, reprodutor, cidadão e soldado do amanhã. [...] principalmente, quando esta é pobre e tida como incapaz insinuam-se terceiros: filantropos, médicos, estadistas que pretendem protegê-lo, educá-lo, discipliná-lo (PERROT, 1991, p 148).

A criança menos favorecida socialmente foi o alvo de severas intervenções por parte do poder público e de instituições privadas, cuja ênfase era dada “em prol do revigoramento da raça, pautado na eugenia, na higiene, nos preceitos de puericultura, e tantos outros ramos da ciência médico-social” (O ACRE, 11/07/1943, ano XII, nº 702, p.1).

Postas as considerações preliminares, destacamos que este texto, organizado em uma perspectiva sócio-histórica, de base documental, apresenta como fontes principais jornais que

circularam à época, bem como se vale de uma concisa revisão bibliográfica. De forma geral, segue composto pela origem da educação da infância no que diz respeito às pré-escolas e opera com dois movimentos que se complementam: o primeiro traça um breve panorama educacional, político e econômico do período entre 1930-1940 no Brasil e, especialmente, no Acre; o segundo momento enfatiza a educação da infância das crianças pequenas, entre **4 e 6 anos, tendo esse ambiente como pano de fundo para tratar da** memória da institucionalização da primeira instituição de Educação Infantil na capital do Acre, procurando demonstrar que seus caminhos seguiram os padrões e os modelos impostos tidos como referência de atendimento às crianças.

### **Panorama geral do Acre durante o período do Estado Novo**

Segundo pesquisa realizada por Bezerra (1999) e, posteriormente, por Grotti (2016), no Acre, até a década de 1930, as instituições que deveriam atender as crianças pequenas, de 0 a 6 anos de idade, eram praticamente inexistentes. O poder público não atendia com efetivo empenho à educação pré-escolar, o que veio a ser constatado após a realização de um levantamento das unidades escolares feita pelo então gestor do Departamento Estadual de Educação, o senhor Océlio de Medeiros, em 1940 (BEZERRA, 1999).

Ao escavar os arquivos do Centro de Documentação e Informação Histórica (CDIH) da Universidade Federal do Acre (UFAC) e do Museu da Borracha em Rio Branco - Acre, considerando o que foi apresentado por Bezerra (1999) e Grotti (2016), nas fontes jornalísticas, a partir dos anos de 1936, constatamos uma explícita preocupação social e assistencial com a população pobre, notadamente para com as crianças. A título de exemplo dessa preocupação, em uma das matérias do jornal O Acre é explicitada a função do Instituto de Amparo Social, localizado na cidade de Rio Branco, cujas competências pautavam-se em:

- a) Zelar pela saúde pública, promovendo o amparo dos desvalidos, criando<sup>1</sup> os necessários serviços técnicos, bem como estimulando os serviços sociais existentes e coordenando as suas finalidades;
- b) Incentivar a educação eugênica;
- c) Amparar a maternidade e a infância, para o que a União, os Estados e os Municípios destinarão 1 por cento de seus fundos tributários;
- d) Socorrer as famílias de prole numerosa;
- e) Proteger a juventude contra a exploração bem como contra o abandono físico, moral e intelectual;
- f) Restringir a mortalidade e a morbilidade infantil;
- g) Votar medidas de higiene social visando impedir a propagação de moléstias (O ACRE, 19/04/1936, ano VIII, nº 325, p. 6, grifos nossos).

A preocupação das autoridades dirigentes do país, nos anos 1930, era a de implantar na sociedade uma cultura higienista de cunho assistencial com fortes bases ligadas ao nacionalismo. Esse nacionalismo constitui-se na figura de Getúlio Vargas, sendo este o representante ofi-

<sup>1</sup> Em toda a transcrição das matérias veiculadas nos periódicos será mantida a grafia original daquele momento.

cial da política do Estado Novo. Como correspondentes sinônimas, as palavras Getúlio Vargas e Estado Novo foram tomando conta de toda uma construção ideológica e política cujas bases se firmaram nos caracteres nazifascistas. O Estado incorporou a responsabilidade de produzir uma política social de assistência à população, e para tanto, como nas demais áreas do setor público, utilizou formas centralizadoras, populistas e corporativistas (FONSECA, 1993, SILVA 2010, ANDRADE, 2010). A educação formal para as crianças pequenas ficara, portanto, sob o viés da assistência pautada na concepção eugênica.

Em se tratando do contexto amazônico, a chamada “Marcha para o Oeste”, obra de Cassiano Ricardo<sup>2</sup> 1940, traduz bem o “programa de governo que buscava a integração econômica nacional a partir da colonização de regiões consideradas longínquas e desabitadas” (ANDRADE, 2010, p.458-459), com a finalidade de integrar essas regiões ao progresso que as grandes capitais viviam durante o Estado Novo. O país necessitava de ser integrado ao conceito de nação próspera, e o seria, também, através da ocupação dos lugares mais distantes da capital, os interiores e as fronteiras passariam a compor definitivamente o território nacional e, nessa perspectiva, a Amazônia era uma grande preocupação e meta.

Com esse intento, Getúlio Vargas visitou a região no ano de 1940, haja vista que “nenhum presidente havia feito o mesmo trajeto de Vargas pelas regiões mais remotas do país, lançando o programa durante visitas a diversas localidades, incluindo os estados constituintes da Amazônia” (ANDRADE, 2010, p. 459).

Segue manchete que anunciou a vinda do presidente ao Acre:

#### A caminho do Acre o Presidente GETÚLIO VARGAS

A saída de S. Excia. do Rio – A comitiva presidencial – O Norte brasileiro e a Amazônia sôb o entusiasmo do notável acontecimento – Pôsto a disposição do Presidente um avião especial da Condor para conduzi-lo até Rio Branco (O ACRE, 13/10/1940, ano XII, nº 558, p.1).

Conforme esclarece Andrade (2010), a visita do presidente foi planejada e interpretada como um salutar exemplo de que valorizava a região e se importava com a ocupação da Amazônia, incluindo sua parte norte. O mesmo autor ressalta que o programa de governo de Getúlio Vargas, devido a esse caráter permeado de simbolismos, não obteve resultados na prática, como se apregoava nos discursos oficiais, apenas o eco das vozes permanecerem e foram reproduzidos com o sentido de nacionalismo, sendo repetida a fala de que esse lugar tão promissor contribuiria em muito para o progresso da nação. Nesse período, o Segundo Ciclo da Borracha estava em curso.

Quanto a esse novo Ciclo da Borracha, é anunciado no jornal O Acre que: “O INFERNO VERDE TRANSFORMAR-SE-Á EM PARAÍSO”. No corpo da matéria, há o registro da fala do professor Melo Moraes, especialista em borracha, que destaca: “A borracha é o nervo das nações, nos tempos atuais. Sem borracha não se pode nem cuidar da defesa nacional” (O ACRE, 1940, s/p.). Nessa direção, a relevância da temática (Amazônia/Borracha/Região Norte-Ocupação) fez-se presente em todo o território nacional, sendo incorporada aos discursos locais como um problema a ser resolvido mediante o engajamento dos cidadãos na (re)descoberta da Amazônia.

<sup>2</sup> Cassiano Ricardo Leite nasceu em São José dos Campos (SP), em 1895. Poeta, crítico, ensaísta, historiador, jornalista e advogado, no movimento modernista paulista, integrou a vertente conservadora dos verde-amarelos, ao lado de Menotti del Picchia, Plínio Salgado, Cândido Motta Filho e Raul Bopp, entre outros. Eleito em 1937 para a Academia Brasileira de Letras, durante o Estado Novo (1937-1945) ocupou diversos postos importantes, dirigindo o Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda de São Paulo, o departamento cultural da Rádio Nacional e o jornal A Manhã, porta-voz governamental. Data deste período a publicação da Marcha para o Oeste (1940), uma versão mítica do Estado Nacional, em que Cassiano faz uma analogia entre a organização das bandeiras (século XVI) e a do Estado Novo. Faleceu no Rio de Janeiro, em 1974 (FONTE: FGV-CPDOC. – Disponível em: [http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/cassiano\\_ricardo](http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/cassiano_ricardo). Acesso em 25 abr. 2020.

Na primeira metade do século XX, em Rio Branco, eram veiculadas as mesmas notícias de outros veículos de comunicação de circulação nacional, principalmente, dos periódicos da capital da república. Quanto ao tema relativo à assistência à população pobre, artigos semanais incluíam assuntos sobre a necessidade de realizar diversas contribuições aos necessitados, tendo as crianças, mães, gestantes, lactantes como prioridade no atendimento. Havia preocupações médicas e sociais expressas nos termos médicos-higienistas como: a puericultura<sup>3</sup>; o amparo à maternidade e aos indivíduos com carência material. O jornal O Acre anunciava algumas instituições que atendiam as crianças em situação de pobreza, sendo uma delas a Instituição Darci Vargas.

Apesar de uma nítida preocupação em atender os necessitados, pelo menos em nível de discurso, como já ressaltamos, o Acre, representado por seus dirigentes, tentava amenizar a grave situação social em que se encontrava a população. No entanto, o capitão Oscar Passos, que governou esse estado durante o período de 31 de agosto 1941 até 21 de agosto de 1942, ocupou-se em fazer um diagnóstico da realidade acreana em todos os aspectos da vida cotidiana.

As manchetes traziam, ao contrário dos governos anteriores, notícias não muito promissoras sobre a situação em que se encontrava o Acre em seus diversos setores sociais. Nos jornais locais, títulos como: “Problemas Administrativos no Acre” eram comumente encontrados. Essas matérias traziam reportagens sobre o panorama pouco alentador em que se encontrava esse lugar. Em uma delas, o governador Oscar Passos disse ao “O Jornal” do Rio de Janeiro, em 22 de novembro de 1941, que, pontualmente, as áreas da Saúde, Educação, Alimentação e Produção Agrícola eram deficitárias em todos os aspectos.

Em 9 de agosto de 1942, o jornal “O Acre” publica outra entrevista que o Capitão Oscar Passos cedeu ao “Diário da Noite”, também do Rio de Janeiro, data essa que marca 14 dias antes de sua saída do governo do Território. Nela, Passos é questionado quanto às condições em que se encontrava o Acre um ano após ter assumido sua liderança. Segue a resposta:

Está um pouco melhor que em agosto do ano passado, quando assumi o govêrno. Falho de elementos técnicos e até mesmo funcionários em número suficiente para o serviço burocrático comum, tive grande dificuldade em organizar a administração nos moldes que se impunha para fazer face às necessidades do momento. Com os recursos que o sr. Presidente me concedeu e com os técnicos que colocou a minha disposição estou encaminhando seguramente a resolução dos diversos problemas que encontrei, apesar das dificuldades de transporte. Basta dizer que as máquinas e materiais de toda sorte adquiridos aqui, em novembro do ano passado, no valor de quatro mil contos, só em parte chegaram ao Acre. E dessas máquinas e desses materiais, depende grande parte do nosso trabalho [...] (O ACRE, 09/08/1942, ano XIII, nº. 654 s/p.).

A continuidade dessa entrevista foi assim intitulada: “O Acre precisava de tudo”. Oscar Passos explicitamente torna pública a condição em que se encontrava o Acre quando de sua chegada:

Não tinha saúde pública. As delegacias de saúde dos municípios não estavam equipados. Existiam só nove médicos em todo Território. Não havia aparelhamento dentário, nenhum hospital, nenhuma sala de operações, nem laboratório, nem Raio X. Nada se fazia quanto ao saneamento. Não

<sup>3</sup> Ramo da medicina pediátrica que se vale de técnicas que visam cooperar com uma vida saudável da criança e da mãe desde o momento da pré-concepção até seus primeiros anos de vida. Tem como foco assegurar o pleno desenvolvimento físico e mental da criança até por volta dos 5 anos (Ferreira, 1999).

tinha aparelhamento suficiente no tocante a instrução, quer primária quer normal. Faltava-lhe material em todas as escolas e não dispunha de professoras diplomadas. Das 204 existentes, 189 não tinham curso algum, nem mesmo primário. Não tinha comunicações a não ser aérea – uma viagem por semana, para quatro passageiros, entre Rio Branco e Porto Velho – e a fluvial até Belém. Não tinha agricultura nem pecuária, nem indústria, exceto a extrativa da borracha e da castanha. Não tinha água encanada, nem esgotos, nem energia elétrica. A luz era ainda muito deficiente, suas repartições estavam instaladas em pardieiros. A falta de habitações, mesmo não higiênicas, era absoluta (O ACRE, 09/08/1942, ano XIII, nº. 654 s/p, grifos nossos).

O governo do capitão Oscar Passos, dentro do rol de governadores que passaram pelo Acre, juntamente com 13 governadores anteriores e os 5 interventores, apresentou a média de 11 meses à frente da administração territorial, com exceção de seu antecessor, Dr. Epaminondas de Oliveira Martins, que liderou o Acre de março de 1937 a agosto de 1941. Esse dado revela que não havia continuidade nos projetos devido às dificuldades diversas que se apresentavam, a começar pela disposição e suprimento de condições essenciais para que o governador ou interventor pudesse dar cabimento das demandas.

### **Educação das crianças pequenas na capital do Acre**

Nos primeiros dias do ano de 1940, o Departamento de Educação do governo do território acreano anunciou a criação, em Rio Branco, de um “Modelar Jardim de Infância, com a capacidade média para cinquenta crianças”. O governador, nesse momento, era Epaminondas Oliveira Martins, o qual demonstrou grande interesse pela iniciativa (O ACRE, 04/02/1940, ano XII, nº 522 p.1).

#### **Novos Rumos da Educação Pré-Escolar: Rio Branco vai ter Modelar Jardim de Infância.**

O Departamento de Educação vai criar num dos melhores lugares desta Capital, modelar Jardim de infância, [...] Essa nova instituição escolar obedecerá aos mais modernos preceitos pedagógicos e da higiene, desde as instalações em prédio próprio, até a sua organização didática, dispondo ainda de um excelente serviço de assistência médica, [...] o referido Jardim de infância será também auxiliado pela Caixa Escolar, que colaborará na aquisição de moderníssimo aparelhamento e no fornecimento, diário da higiene alimentar infantil. Será dotado ainda de um parque de diversões, jardim, e instalações para banhos de sol, sendo o uniforme infantil, padronizados de acordo com as condições de nosso clima (O ACRE, 04/02/1940, ano XII, nº 522, p.1, grifos nossos).

Como ressaltamos anteriormente, as primeiras décadas do século XX foram um período em que a infância e sua educação fizeram parte do discurso sobre a necessidade de edificação de uma sociedade moderna<sup>4</sup>. Tal discurso se valia da prerrogativa da necessidade de progredir,

---

4 Essas concepções de moderna/o/situações, são as que remetem a um período, uma época anteriormente vivida, interpretadas, classificadas e comparadas com o atual, as quais buscavam revolucionar radicalmente as modalidades e finalidades anteriores (TEIXEIRA, 1995). Moderno é uma peculiaridade de quem se move, de quem está à frente de seu tempo, traz consigo o elemento original, o novo, em contraposição ao já conhecido, diria Argan (1992) em anos anteriores. Embora se referisse às artes, cabe adequadamente para este contexto, a fim de



modernizar e civilizar.

Nesse contexto, a educação é marcada pela influência médico-higienista, momento em que se inaugura a era das descobertas bacteriológicas, “a medicina consolidou o seu prestígio científico e isso tornou quase inevitável a medicalização da sociedade”. O desenvolvimento da higiene irá balizar a construção e definições para políticas de educação (FERREIRA, 2004, p.97-98). A propósito da questão em evidência, Ferreira (2004, p. 102) ressalta que:

[...] sendo a escolarização uma bandeira política do Estado contemporâneo, vendo-se quanto tal fenômeno se tornava inevitável na construção de países progressistas e quanto era fundamental na afirmação da modernidade ocidental, a escola tornava-se logo uma instituição apetecível para aqueles médicos que apostavam numa estratégia profilática e preventiva.

O intento era manter um adequado e saudável desenvolvimento das crianças e as condições do ambiente físico deveriam ser benéficas e favoráveis. Levando em consideração tal inquietação, com base nas teorias positivista e experimental que então dominavam a ciência médica, a pedagogia acatou sua concepção e passou a incluir os conceitos médicos para que houvesse “progresso pedagógico” (FERREIRA, 2004, p. 104).

Podemos dizer que essa ambiência serviu para que fosse acelerada a intromissão da medicina nos processos educativos, como, por exemplo: adequação das atividades físicas, descanso, horários, banhos de sol, modos, métodos de ensinar, dentre outras posturas. As atitudes e os procedimentos precisariam ser de acordo com a razão científica, agregando os conceitos médicos, higiênicos e pedagógicos. Criam-se, a partir desses novos estudos instituídos pelas novas ciências, “padrões universais de normalidade” (ARGAN, 1992, p.179).

Kuhlmann (2004) enfatiza que, nas primeiras décadas do século XX, há a ampliação da preocupação com as relações entre a cidade, a infância e a educação. A criança das classes menos favorecidas ganha espaço nas pesquisas. A historiografia do atendimento à infância constitui-se como parte da própria história das instituições assistenciais e educacionais.

Um pouco mais dessa conjuntura pode ser evidenciado em matéria publicada no jornal O Acre, de autoria do professor Océlio de Medeiros, diretor do Departamento de Educação, em que novamente os termos: “neste lugar, tudo ainda estava por fazer” são destacados (O ACRE, 25/02/1940, ano XII, nº 525, p.8). Dentro do contexto da educação havia o que chamavam de *problema educacional do Acre* atrelado, dentre outros fatores, à falta de um modelar ginásio em Rio Branco, devendo ter um local anexo específico para o ensino das crianças pré-escolares.

Acerca dessa pretensão, a descrição a seguir apresenta, de forma sucinta, as intenções de como esse Jardim de Infância deveria ser:

Esta nova instituição escolar obedecerá aos mais modernos preceitos da pedagogia e da higiene, desde as instalações em prédio próprio, até sua organização didática, dispondo, ainda, de excelente serviço de assistência médica especializada. [...] o referido jardim de Infância será, também, auxiliado pela Caixa Escolar, que contribuirá na aquisição de moderníssimo aparelhamento e fornecimento diário de merenda escolar, de acordo com os preceitos da higiene alimentar infantil. Será dotado, ainda, de parque de diversões, jardim e instalações para banhos de sol, sendo o uniforme infantil padronizado de acordo com as condições de nosso clima (O ACRE, 25/02/1940, ano XII, nº 525, p. 8).

Essa pretensa modernidade impunha romper com as velhas formas de educar, tanto as cultivadas pela família, como aquelas mantidas pela Igreja. O Estado assume o papel da instrução com forte cunho civilizador, e esse conceito é transmitido às famílias através dos filhos/alunos. A escola, enquanto o templo do saber, representada em sua arquitetura palaciana, legítima o papel do Estado enquanto agente do bem comum. Evidencia-se a nova cultura escolar atrelada aos princípios nacionalistas de civilidade, progresso e higienismo, o que resulta em uma educação moralizante.

Dando continuidade à matéria de autoria do diretor do Departamento de Educação, esta anunciava que o diretor fizera uma viagem técnica visitando as capitais Manaus, Belém, Salvador e Recife, a fim de, dentre outras medidas, trazer ao território do Acre as orientações necessárias para o estabelecimento de um Modelar Jardim de Infância, e destacava:

O projeto de nosso jardim de infância não deixa nada a desejar, não só em aspecto, mas em capacidade, pois é destinado a abrigar e regular o excesso da população infantil em idade pré-escolar de um de nossos grupos. [...] Mas há porém uma novidade. Todos sabem que não temos ainda um posto de puericultura. Disto, pois, será dotado a nossa escola infantil. Funcionando no turno da manhã ficaria quasi sem utilidade. *Desse modo, resolvemos aproveitar-lhe a capacidade dotando-o de um posto de puericultura, o que lhe completará a eficiência. [...] Teremos assim uma organização modelar.* A época atual é de iniciativas vitalizadoras (O ACRE, 25/02/1940, ano XII, nº 525, p. 8, grifos nossos).

Observamos a ênfase no ideal de modernização atrelado ao de melhoria da saúde/higiene, ao destacar a criação de um Posto de Puericultura e, dessa forma, alcançar as metas desejadas.

Com alguns dados coletados nesta pesquisa, foi possível identificar que o Modelar Jardim de Infância recebeu o nome do governador Epaminondas Martins. Segundo Bezerra (1999), há indícios de que a primeira instalação desse jardim se deu em fevereiro de 1940, localizada em um “terreno na Rua João Pessoa, com uma arquitetura nativa, cabocla, caracterizada pelo uso de palmeira jaci e quebra-sol circundante das varandas construídas em madeira” (BEZERRA, 1999, p. 5). As crianças que o frequentaram vieram do excedente do Grupo Escolar 7 de Setembro, primeiro grupo escolar de Rio Branco (BEZERRA, 1999).

Em outra fonte, foi-nos possível verificar que havia outras indicações de que o Modelar Jardim de Infância anunciado foi construído em um local anexo ao Ginásio Acreano, como consta a seguir:

Após a solene benção do pavilhão, seguida da palavra sacerdotal do Frei Agostinho Poli, o Governador Epaminondas Martins declarou inaugurado o Jardim de infância com serviço anexo de puericultura. O pavilhão é em estilo moderno, de construção adequada para as crianças. O local tecnicamente escolhido. As cores suaves e o mobiliário de uma simplicidade encantadoras, dão um aspecto agradabilíssimo. [...] O Serviço de Assistência à Infância, magnificamente instalado e aparelhado funciona em uma das dependências do edifício. Duas grandes iniciativas éssas do Governador Epaminondas Martins. Jardim de infância: Início da educação e desenvolvimento das acuidades sensoriais das crianças acreanas. Serviço de Assistência à Infância: zelo pelas crianças do Acre. Trabalho pela edificação e aperfeiçoamento de uma raça cada vez mais forte, mais sadia e mais bela compreensão de brasilidade (O ACRE, 06/07/1941, ano XIII, nº 596, p. 1).



Essa descrição é diferente daquela apresentada por Bezerra (1999), ao destacar os aspectos estruturais do prédio, como uma construção moderna, com mobiliário adequado às crianças e com o aparelhamento suficiente para o funcionamento do serviço de assistência à infância.

As informações apresentadas são contrárias quanto à localização em que foi estabelecido o Jardim, porém, se coadunam em alguns aspectos, visto que era comum a abertura de classes pré-escolares visando a atender o excedente dos grupos escolares, bem como a criação dessas classes em Escolas Normais, ou seja, nos Institutos, de forma a servirem como laboratório para as normalistas. Vale acrescentar, ainda, que sua criação esteve sempre ligada aos serviços de assistência e higiene, muito comuns no período.

De agosto de 1941 ao início de fevereiro de 1946, o Acre teve três governantes, a saber: capitão Oscar Passos, Dr. Francisco de Oliveira Conde e o Coronel Luís Silvestre Gomes Coelho, sendo este último o que mais tempo governou (1942-1946). Nesse período, circularam algumas poucas informações sobre a educação pré-primária, visto que o foco educacional era a instrução primária admitida como prioridade, uma vez que o analfabetismo “se alastrava pelas matas adentro e caótica se apresentava a natureza da povoação do Território” (GINELLI, 2008, p.223).

O Major José Guiomard dos Santos (1946-1950), quando da sua administração, em carta dirigida a seu amigo chamado Cintra, datada de 8 de maio de 1946, dizia que, no Acre: “todos os problemas estavam para ser resolvidos” (BEZERRA, 1999, p. 4). Novamente há o destaque para a necessidade de implantação de diversos serviços que atendessem às demandas da população.

Nomeado pelo presidente da República Eurico Gaspar Dutra, Guiomard Santos teve sob sua administração (14/02/1946 a 30/05/1950) um grande desafio para promover mudanças na melhoria das condições de vida da população do Acre. Liberal e defensor do ideal democrático, acreditava que o progresso e a modernização do Território somente ocorreriam por meio da participação massiva da população. Quanto ao projeto educacional de Guiomard Santos, constava a criação de um local próprio para atender as crianças pré-escolares. Esse projeto ficou a cargo da Diretora do Departamento de Cultura, a professora Maria Angélica de Castro e sua concretização se deu no ano de 1949, com a inauguração da Jardim de Infância Menino Jesus.

Os princípios pedagógicos do Jardim de Infância Menino Jesus pautavam-se nos fundamentos frobelianos e montessorianos, como pode ser evidenciado no jornal O Acre. “Seu trabalho não é ensinar a ler e escrever, [...] procura desenvolver as crianças social e intelectualmente por meio de jogos, desenho, música, trabalhos manuais, exercícios de linguagem, etc.” (O ACRE, 01/05/1949, ano XIX, nº 920 p. 6).

Em agosto de 1949, o prédio do Jardim de Infância Menino Jesus estava em adiantada construção.

#### **Batida a cumieira da Jardim de Infância Menino Jesus**

[...] O acontecimento se revestiu de grande simplicidade, mas não foi menos expressivo por isso: a convite do major José Guiomard Santos um dos alunos da Escola Infantil bateu a cumieira ajuntando, com sua participação, ao simbolismo do ato, maior significação uma vez que evidenciava a cuidadosa atenção que o atual governo dispensa a infância acreana, colocando-a, mesmo no centro de suas preocupações administrativas. [...] (O ACRE, 07/08/1949, ano XIX, nº 934, p. 1).

**Figura 1.** Prédio Do Jardim De Infância Menino Jesus – 1949



**Fonte:** Patrimônio Histórico/AC.

O engajamento por parte do governo em torno de educar as crianças pequenas não pode ser descrito sem considerar o que estava atrelado a esse movimento. Várias entidades voltaram seu olhar aos cuidados da infância e, por vezes, se sobrepunham ao realizar esse atendimento. Segundo Kramer (1992), os argumentos para proteção e atendimento à infância partiam do Estado às associações filantrópicas, entidades religiosas, professores, médicos, comerciantes e setor público. Reconhecia-se que:

[...] cabia ao governo o dever de fundar e sustentar estabelecimentos tais como creches, lactários, jardins de infância e hospitais, por outro lado, afirmava-se que não existia uma só municipalidade no País que pudesse cumprir integralmente essa obrigação com seus próprios recursos. Daí se tornar indispensável a ajuda financeira de indivíduos abastados e de entidades filantrópicas (KRAMER, 1992, p. 61).

No Jardim de Infância Menino Jesus, primeira instituição pré-escolar do Acre, a assistência alimentar ficou a cargo da Sociedade Pestalozzi, tanto em relação às refeições, quanto a providências de mobiliário necessário para o funcionamento da cozinha e de um refeitório para as crianças. Esse registro confirma o que Kramer (1992) destacou sobre o envolvimento de entidades assistenciais e filantrópicas no atendimento à infância.

Rocha (1998), assim como o fez Kramer (1992), observa que, nas primeiras décadas do século XX, no Brasil, “[...] órgãos estatais para a infância mantiveram poucas ações concretas apesar da grande disseminação de um ideário higienista de combate à miséria”, evidenciando a participação de entidades e de profissionais de reconhecido gabarito nesse atendimento (ROCHA, 1998, p. 37).

Quando de sua inauguração, em 19 de novembro de 1949, o Jardim de Infância Menino Jesus acomodou 80 crianças que estavam sendo atendidas no Instituto Nossa Senhora de Nazaré. Esse instituto foi “constituído do Ginásio Acreano, Escola Normal Lourenço Filho e Grupo Escolar 7 de Setembro” (O ACRE, 1948, ano XVIII, nº 865, p. 8). Como de praxe, várias autoridades estiveram presentes na cerimônia. Entre a data de inauguração do Jardim de Infância Menino Jesus e a do Modelar Jardim de Infância, anunciado pelo governador Epaminondas Martins em 1940, passaram-se nove anos. Conforme as fontes, podemos inferir que, durante

quase uma década, esse atendimento de cunho educacional às crianças pequenas passou por vários processos de acomodação, ora sozinho, ora anexo ao Grupo Escolar 7 de Setembro, ora Ginásio Acreano.

Retomando o momento da inauguração do Jardim de Infância Menino Jesus, na imagem que segue, é possível percebermos a presença das crianças, seus pais, professoras e funcionárias da escola; e, próxima ao pavilhão nacional, está a Sr.<sup>a</sup> Eunice Weaver, presidente da Federação das Sociedades de Assistência ao Lázaros e Defesa Contra a Lepra, além do governador Major Guiomard Santos, da diretora do Departamento de Educação e Cultura, professora Maria Angélica de Castro, dentre outros representantes da sociedade acreana.

**Figura 2.** Inauguração do Jardim de Infância Menino Jesus – 1949



**Fonte:** Patrimônio Histórico/AC.

Durante um longo tempo como o único Jardim de Infância do Acre, o Jardim de Infância Menino Jesus, em compasso com o que acontecia em outras regiões do país, nasceu sujeito às mudanças sociais e econômicas de forma a cumprir com determinados papéis em conformidade com essas transformações. Em sua origem, atendeu as crianças, filhas/os de funcionários públicos e, nas palavras da professora Isa Melo, reproduzidas pela professora Edir Figueira Marques de Oliveira, “a clientela do Jardim de Infância Menino Jesus, era privilegiada, se constituía da nata da sociedade acreana, no que acompanhava a tendência nacional” (OLIVEIRA, 1999, p. 20). Esse relato da professora Edir Marques deixa claro a qual classe social o Jardim de Infância Menino Jesus atendeu. Às crianças pobres restava receber atendimento assistencial por meio das instituições filantrópicas, de caridade e de outras iniciativas particulares.

De acordo com o que Oliveira (2005) apresenta, até por volta da década de 1950, o atendimento às crianças pré-escolares acontecia nos jardins de infância, voltado para as crianças mais abastadas e se caracterizava por adotar uma proposta pedagógica com vistas ao ingresso na escola primária. Não havia, ainda, uma política que garantisse o atendimento às crianças pobres, a elas, portanto, eram destinadas as creches que desenvolviam um trabalho sob forte cunho assistencial, servindo para acolhimento, cuidados com saúde e alimentação. Em Rio Branco, nem creches tivemos durante o período citado.

Essa marca histórica da creche como a guardiã das crianças, daquelas que, por motivos diversos, não puderam contar com a atenção familiar e da mãe, em especial, apresentou-se como substituta da família, o que desencadeou os movimentos e ações assistencialistas, como já descrito no início deste texto.

O jardim de infância foi idealizado por Friedrich Froebel (1782-1852), pedagogo alemão,

cuja proposta pedagógica, inspirada nos princípios rousseauianos, estava voltada ao desenvolvimento pleno das potencialidades das crianças pequenas e caracterizava-se pelo trabalho com uma estrutura livre e ordenada, em que era disponibilizada às crianças uma gama de atividades de diferentes áreas de conhecimento, as quais, a partir de seus interesses, realizavam seus aprendizados. Tal proposta tornou-se bastante atrativa para muitas famílias abastadas da sociedade europeia, estadunidense e, posteriormente, brasileira.

O modelo de jardim de infância de Froebel foi visto pelas classes alta e média da sociedade como um importante suporte para o melhor desempenho das crianças ao ingressarem na escola regular. No Brasil, durante as primeiras cinco décadas do século XX foram implantados alguns jardins de infância, em algumas capitais do país, com a nítida participação da classe média.

Durante as décadas de 1960 e 1970, a intensificação da entrada da mulher no mercado de trabalho demandou uma maior procura por creches e pré-escolas e, em vista disso, uma importante conquista ocorreu no cenário das instituições de atendimento às crianças menores de 7 anos, qual seja: a homologação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 4024/61, que instituiu os jardins de infância no sistema educacional. Desta feita, e de maneira paulatina, houve o aumento do número de vagas nessas instituições e, conseqüentemente, o acesso das crianças das classes sociais mais baixas começou a crescer, porém, ainda timidamente.

A propósito das configurações que as instituições de atendimento às crianças apresentaram ao longo do percurso histórico, a partir da década de 1960, podemos encontrar indícios de que as pré-escolas e creches seriam importantes às crianças de todas as classes sociais (CF. KUHLMANN, 2015). Mas foi somente após o término do período militar que os movimentos feministas, movimentos de luta contra as desigualdades sociais e de democratização da escola pública, conquistaram que a educação das crianças em pré-escolas e creches fosse reconhecida como um direito da criança e dever do Estado (CF. OLIVEIRA, 2005).

Assim sendo, o Jardim de Infância Menino Jesus, diferentemente de outras instituições que surgiram em sua época, foi criado pela iniciativa pública, embora seus frequentadores nas primeiras décadas de sua existência fossem as crianças oriundas das classes mais privilegiadas social e financeiramente.

A proposta pedagógica adotada pelo Jardim de Infância Menino Jesus foi embasada na pedagogia froebeliana, a qual concebia as crianças como sementes do amanhã, que, se fossem bem regadas, cuidadas pelas jardineiras (as professoras), cresceriam e floresceriam para o bem. Uma das características mais marcantes dessa instituição sempre foi a boa qualidade de seu trabalho, bem ativa quanto à busca da melhoria de sua estrutura física, mobiliário, materiais para desenvolver as atividades com as crianças e, principalmente, a constante formação de seu quadro docente e demais funcionários.

## **Considerações Finais**

Ao propormos uma incursão pela historiografia da educação acreana, elegemos como foco do interesse tratar da demarcação e recuperação de determinados contextos, circunstâncias, determinações e ambiências político-institucionais e pedagógicas que, no lastro do processo de implantação da escola graduada no Acre, vão configurando, também, os matizes do movimento que resultará na implantação do primeiro jardim de infância no Acre e, conseqüentemente, no processo de institucionalização da educação pré-escolar, materializada na criação do Jardim da Infância em Rio Branco, a Escola Menino Jesus.

A tessitura do texto revestida de pesquisa documental e bibliográfica esteve assentada em periódicos (jornais) de época, veiculados no período de 1936-1953, os quais serviram de base para extração de informações e registros essenciais que concorrem para auxiliar na escrita de parte significativa da história da educação no Acre.

Nesse diapasão da história da educação no Acre, entrecruzam-se dois momentos históricos que, em que pesem as nuances contextuais, acabam criando um fio de condução que desemboca no cenário da vida política institucional do período compreendido entre os anos 1930-1940 no Brasil e, especialmente, no Acre, quando são computadas as primeiras movi-



mentações na direção de se constituir a primeira instituição educacional para as crianças pequenas, entre os 4 a 6 anos de idade, na capital acreana.

O levantamento dos dados e o cotejamento das informações permitem-nos inferir que, na realidade educacional acreana, a criação da pré-escola não se diferenciou em um primeiro momento de um traço que marca a própria existência dessas instituições no Brasil de uma forma geral, isto é, a pré-escola surgiu com o objetivo de atender a um público específico, e as perspectivas higienistas e assistenciais transpareciam no contorno de suas práticas.

De maneira análoga, é preciso demarcar, também, que aliada ao movimento da educação, suas mudanças e transformações, nas quais estão fortemente presentes os anseios da sociedade, revestidos no movimento de redemocratização do país, houve não apenas uma ampliação do atendimento relativamente ao tipo de público e clientela que seria atendida pelas pré-escolas no Brasil.

Por certo, uma das mudanças mais significativas desse movimento diz respeito à mudança de lógica e de natureza dessas instituições, reconhecidas no corpo dos marcos da educação brasileira pós LDB/96 como instituições responsáveis pela primeira etapa da educação básica a ser ofertada em creches e pré-escolas, configurando, assim, a chamada educação infantil.

No caso da realidade educacional investigada e da escola cuja trajetória buscou-se recuperar nesta breve incursão pela história da educação do Acre, é importante reconhecermos o pioneirismo que marca a existência do Jardim da Infância Menino Jesus em Rio Branco e no Estado do Acre como primeira instituição voltada para atender as chamadas crianças pequenas.

Nessa mesma ambiência, por sua relevância e importância, a história dessa instituição insere-se perfeitamente bem dentro do campo de investigação das pesquisas historiográficas e sociológicas da educação, pelo viés da história das instituições escolares. Isso, certamente, abre uma considerável margem para situar essa instituição dentro daquilo que poderíamos chamar de “tradição”, “patrimônio cultural” e “legado educacional”, não pela beleza dos traços arquitetônicos do prédio.

Consagrar a história do antigo Jardim da Infância Menino Jesus, hoje, Escola de Educação Infantil Menino Jesus, é trazer para a cena principal do debate da educação no Acre a importância de que se reveste essa instituição no movimento de institucionalização de um espaço próprio para receber crianças e de ampliação de compreensão e defesa do direito à educação às crianças pequenas.

Ao longo desses 70 anos, a Escola de Educação Infantil Menino Jesus, em meio a tantas mudanças conceituais no que diz respeito à educação, à criança e ao papel que esse tipo de instituição deve desempenhar, manteve-se como referência de educação de boa qualidade, destacando-se como uma instituição que se redemocratizou atendendo grande parcela da população rio-branquense e diversa socialmente.

Assim, a primeira instituição educacional para as crianças pequenas no Acre vem evidenciando, em sua trajetória, mudanças de natureza social, política e pedagógica. Contudo, é importante destacar que essas mudanças não incorreram em mudança no foco de interesse, que é o de seguir seu percurso de desenvolvimento institucional privilegiando o desenvolvimento pleno das crianças através das interações e brincadeiras que, desde seus primeiros dias de funcionamento até os dias atuais, são meios pelos quais e de forma privilegiada acontecem o ensinar e o aprender, conforme constam nos princípios fundantes que, no presente, regem as orientações da Educação Infantil.

## Referências

ACRE. **Menino Jesus – 50 anos de Educação Infantil no Acre**. Secretaria de Estado de Educação e Fundação Elias Masour, 1999.

ANDRADE, Rômulo de Paula. Conquistar a terra, dominar a água, sujeitar a floresta||: Getúlio Vargas e a revista – Cultura Política|| redescobrimo a Amazônia (1940-1941) – **Bol. Mus. Pará. Emílio Goeldi. Cienc. Hum. Belém**, vol.5, n.2, maio-ago., 2010. p. 453-469.

ARGAN, Giulio Carlo. O modernismo. In: **Arte moderna**. Tradução Denise Bottmann e Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1992 (p. 185-226).

BEZERRA, Maria José. **Guiomard Santos e os novos caminhos da educação acreana**. Secretaria de Estado de Educação. Maria Angélica 50 anos. Fundação Elias Mansour, 1999.

FERREIRA, Antonio Gomes Alves. Modernidade, Higiene e Controle Médico da Infância e da Escola. In: ALMEIDA, Maria de Lourdes Pinto de (org.). **Escola e modernidade: saberes, instituições e práticas**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2004.

FONSECA, Cristina M. Oliveira. A saúde da criança na política social do primeiro governo Vargas. *Physis*, **Revista de Saúde Coletiva**: Rio de Janeiro, vol. 3, n. 2, 1993 p. 97-116. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-73311993000200004](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73311993000200004). Acesso em: 04 mai. 2020.

GINELLI, Giovana. **História da Educação no Acre: período Territorial 1920-1962**. Livro 2.SEE. Rio Branco Acre, 2008.

GROTTI, Giane Lucélia. **História da Assistência à Criança em Rio Branco-Acre: instituições, sujeitos e ações na década de 1940**. UFPR: Tese (Doutorado em Educação) Programa de Pós-Graduação em Educação – Linha de Pesquisa em: História e Historiografia da Educação. Universidade Federal do Paraná. Curitiba: PR, 2016. 213 f.

KRAMER, Sonia. **A Política do Pré-Escolar no Brasil: a arte do disfarce**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 1992.

KUHLMANN JR, Moysés. **História da Infância: Brasil e Modernidade**. In: ALMEIDA, Maria de Lourdes Pinto de (org.). **Escola e modernidade: saberes, instituições e práticas**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2004.

OLIVEIRA, Edir Figueira Marques de. **Surge um Jardim**. Terreno fértil de amor, de onde brotam sementinhas de boa qualidade. SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO. Menino Jesus 50 anos de Educação Infantil no Acre. Fundação Elias Mansour, 1999.

OLIVEIRA, Zilma Ramos de. **Educação Infantil: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2005.

PERROT, Michelle. Figuras e papéis. In: **História da Vida Privada**. Da Revolução Francesa à Primeira Guerra. (org.). São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p. 107-168

RIZZINI, Irene. **O Século Perdido: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2011.

ROCHA, Eloísa Acires Candal. **A pesquisa em Educação Infantil: trajetória recente e perspectivas de consolidação de uma pedagogia**. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação. Unicamp. Campinas: SP, 1998. 291 f.

SILVA, Francisco Bento da. Acre, a “pátria dos proscritos”: prisões e desterramentos para as regiões do Acre em 1904 e 1910. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós Graduação em História. Universidade Federal do Paraná - Curitiba, 2010.

Recebido em 18 de dezembro de 2020.

Aceito em 12 de fevereiro de 2021.